

Painel B11 : Historiografia Brasileira: Novos Rumos e Perspectivas

Coordenadora: Prof. Dra. Monica Piccolo Almeida

Resumo: Essa proposta de painel tem como objetivo central reunir as investigações que tenham como tema o intenso movimento de renovação dos estudos históricos que vem ocorrendo entre pesquisadores brasileiros nas últimas décadas. Assim, propõe-se a constituir-se em lócus privilegiado de interlocução entre os historiadores cujas pesquisas tenham como eixo o questionamento das interpretações consideradas clássicas acerca da História do Brasil. Serão assim objeto de discussão, para além dos marcos cronológicos e baseadas em novas pesquisas empíricas, as interpretações historiográficas sobre temas como a questão da propriedade, as “independências do Brasil”, ou ainda a consolidação do ideário neoliberal nos anos 1990.

GOVERNO COLLOR EM PERSPECTIVA: Para além da naturalização das relações entre Estado e Sociedade*

Monica Piccolo Almeida**

I. Introdução

Por mais paradoxal que à primeira vista possa parecer, as estratégias eleitorais de Fernando Collor colocou a questão do Estado no epicentro da agenda política. Ao criticar o modelo de Estado que predominou no Brasil a partir dos anos trinta e ao defender a necessidade de reformá-lo em suas características fundamentais, além de se autoproclamar como “único caminho possível” para a saída da crise política, econômica, social e moral que o país atravessava, Collor encarnar em si próprio o Estado-Sujeito, na concepção de Poulantzas¹. Apresenta-se como detentor e portador desse poder estatal e de sua racionalidade administrativa. As interpretações acadêmicas sobre o período acabaram, de um modo geral, por trilhar o mesmo caminho. Em outras palavras, o Estado é visto como Sujeito atuante e monolítico, impermeável aos conflitos de classes.

Naquele que é o objetivo central deste primeiro trabalho, ou seja, a análise de algumas das principais obras sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil durante os Governos Collor a tipificação conceitual sobre Estado construída por Poulantzas é especialmente importante. Até mesmo porque será em contraposição à semelhante leitura do Estado brasileiro que aqui será feita a proposta de aplicabilidade do arcabouço teórico gramsciano de modo a desnaturalizar as relações entre Estado e Sociedade no Brasil dos anos noventa.

Ao propor a compreensão da inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na própria ossatura institucional do Estado, de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse

* As considerações aqui apresentadas foram desenvolvidas ao longo das pesquisas realizadas no projeto "Governo Collor e a Consolidação do Neoliberalismo no Brasil", por mim coordenado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Maranhão (FAPEMA).

** Professora Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordenadora no Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). E-mail: monica.piccolo@uol.com.br

¹ Refiro-me aqui à diferenciação elaborada por Poulantzas entre Estado Coisa (instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração e sem qualquer grau de autonomia) e Estado Sujeito (possuidor de uma autonomia absoluta cuja vontade atua como instância racionalizante da sociedade civil) (POULANTZAS, 2000).

Estado, Poulantzas afirma que o Estado tem o papel de organizar e representar a classe dominante ou frações da classe dominante, ou seja, do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesa.

Organização, perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica (POULANTZAS, 2000, p.129).

Esse papel de organização - que não concerne a um único aparelho ou ramo do Estado, mas sim ao conjunto de suas agências - torna-se possível na medida em que o Estado detém uma autonomia relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco. Sendo assim, pensar o Estado como condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes, então, é o caminho proposto por Poulantzas para fugir do impasse imposto pela caracterização do Estado ora concebido como Coisa - concepção instrumentalista, do Estado passivo, dominado por uma única classe ou fração, sem qualquer grau de autonomia - ora como Sujeito - portador de uma autonomia absoluta relacionada ao poder próprio que o Estado passa por deter e com os portadores desse poder e da racionalidade estatal: a burocracia e as elites políticas.

Tanto em uma concepção quanto em outra, a relação Estado-classes sociais e Estado-classes e frações dominantes é compreendida como relação de exterioridade, numa concepção de poder de soma zero na qual ou a classe dominante absorve o Estado, esvaziando-o de seu próprio poder, ou o Estado resiste à classe dominante e lhe retira seu poder, tornando-se árbitro entre as classes sociais.

Segundo a primeira tese, a do Estado-Coisa, a política do Estado em favor da burguesia se estabelece pelo simples controle exercido sobre o Estado-instrumento, de uma única fração da burguesia, atualmente o capital monopolista, passando ela mesma por comportar uma unidade política em qualquer sentido prévia à ação estatal. O Estado não desempenha uma fração própria na organização do bloco de poder burguês, e não possui nenhuma autonomia em relação à classe ou fração dominante ou hegemônica. Na tese do Estado-Sujeito, em troca, é o Estado dotado de uma vontade racionalizante, de poder próprio e de uma autonomia tendencialmente absoluta em relação às classes sociais, sempre exterior a elas, que imporia "sua" política, a da burocracia ou das elites políticas, aos interesses divergentes e concorrentes da sociedade civil (POULANTZAS, 2000, p.133).

A grande maioria dos estudos que se debruçaram seja sobre a conjuntura histórica que abriu caminho para a vitória eleitoral de Fernando Collor, seja sobre a análise de seu governo, de suas políticas econômicas, ou sobre os mecanismos institucionais que levaram ao *impeachment* ainda se aferram à perspectiva que predomina na historiografia brasileira de caracterizar o Estado ora como objeto das classes dominantes, ora como sujeito autônomo da História diante de uma sociedade passiva e amorfa. Assim, são anuladas suas contradições internas e o Estado aparece como bloco monolítico, sem fissuras.

II. Estado Sujeito ou Coisa?

Se no campo da História alternam-se, em sua grande maioria, os estudos que caracterizam o Estado ora como objeto, ora como sujeito, no que se refere ao campo da Ciência Política – profundamente marcada pela matriz liberal -, tal traço é uma tradição indelével. Essa afirmação assume importância fulcral uma vez que são os cientistas políticos, e não os historiadores, os analistas por excelência da trajetória de Fernando Collor. Portanto, qualquer análise que tenha como objeto de investigação o Brasil no limiar dos anos 90, passa, irremediavelmente, pela produção dos cientistas políticos. Com isso, a elaboração de um de estudo que objetive desconstituir a leitura já clássica do Estado-Sujeito brasileiro em contraposição a uma sociedade amorfa diante desse Leviatã não pode furtar-se ao diálogo com os cientistas políticos.

Luiz Eduardo Soares (1993) ao analisar o quadro político ao longo do Governo Collor, apresenta como sua característica central o elevado grau de incerteza que marcaria o período. Comparando-o ao estado de natureza hobbesiano, no qual a guerra generalizada virtual é derivada antes da incerteza que da escassez ou da psicologia predatória de seus habitantes imaginários, o autor define as disputas que eram travadas como um tipo de soma zero, cuja lógica não admitia concessões. Essa incerteza política, que inviabilizaria o pacto social, teria suas origens na autonomização da política e na precedência da conjuntura, traços estruturais do governo Collor.

Esse traço estrutural, a autonomização da política, teria sido gestado, segundo Soares, ainda durante a campanha. Ao dirigir-se diretamente à população, desprezando mediações, seja dos partidos, seja das organizações sociais, Collor alcançou ampla receptividade. O “caçador de marajás” apresentava-se como detentor de coragem pessoal, capacidade de iniciativa e de liderança, disposição de mudança, probidade,

compromisso com as promessas de campanha e, sobretudo, independência. Collor conseguiu, assim, transformar em vantagem suas carências políticas, ao definir como signo e condição de autonomia a ausência de apoios organizados e disseminados, de partidos estruturados, de reconhecimento nítido e estável entre as elites políticas e sociais.

(...) a candidatura se construiu e afirmou desprovida de lastro político ou de alianças, dissociada de estruturas partidárias, sem correspondência orgânica à composição de interesses previamente ordenada no sistema político organizado ou na sociedade civil politicamente vertebrada (SOARES, 1993, p.173).

Em função do caminho trilhado por sua estratégia eleitoral, o recém empossado presidente disporia de uma agenda própria que não resultara de negociações e da qual pretendeu derivar a “nova modernização burguesa”. O Estado que deriva dessa trajetória, continua Soares, será aquele pleno de autonomia, residente na figura do presidente, mais próximo da delegação total implicada na celebração do pacto hobbesiano (constituição do poder absoluto do Leviatã), sem negociação de alianças estáveis em torno de projetos de governo, como é possível identificar na passagem abaixo:

é paradoxal que o Estado implemente, em nome da ampliação renovada do domínio burguês, contra a burguesia e sem quaisquer alianças transversais ou cruzadas com outras classes ou setores sociais, o projeto de sua própria redução (minimalização neoliberal), pela via da intervenção reguladora profunda e autoritária, em contexto político em que se preserva a estabilidade das instituições democráticas (SOARES, 1993, p. 174).

Em outras palavras, na análise de Luiz Eduardo Soares, o “discurso transformou-se em realidade”, ou seja, a propalada independência, divulgada ao longo da campanha eleitoral, transformou-se na principal marca do Governo Collor: o isolamento político.

O autor transformaria, assim, a estratégia eleitoral de Collor em seu principal argumento analítico. Qualquer análise que vá além da retórica discursiva do candidato, facilmente irá perceber que uma vigorosa rede de alianças e de apoios políticos e financeiros formou-se em torno de sua candidatura. Se não fosse pelas declarações explícitas de proeminentes políticos de adesão ao ex-governador de Alagoas – fato que acabou por deixar à deriva candidaturas de poderosos caciques da política nacional,

como Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL) -, a vultosa quantia arrecadada ao longo da campanha (algo em torno de 160 milhões de dólares)² constituiu-se em um poderoso argumento para desmontar a ideia de que Collor era um “cavaleiro solitário” em sua cruzada rumo à presidência.

Ainda no campo da Ciência Política, **Werneck Vianna** (1991), em sua análise sobre o então Presidente Fernando Collor, o vê mais como fruto de nossa tradição ibérica do que como resultado do cenário por ele construído ao longo da campanha eleitoral. Aqui, não é o discurso que se torna realidade, mas o projeto americanista que é derrotado ao fim do primeiro ano de governo. A análise dos elementos explicativos de tal derrota é o objetivo central da obra.

Seguindo a linha interpretativa de sua obra *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil* (2007), Werneck Vianna, quando da análise do Governo Collor, o inclui, em seus primeiros momentos, em uma forte tradição da história brasileira, a do americanismo, marcada pela reiteração da cultura política do indivíduo empreendedor e do progresso como obra do livre mercado, em oposição ao legado ibérico que presidiu a formação do Estado Nacional brasileiro. A eleição de Collor, desta forma, estaria inserida no momento de falência da “Tradição Republicana”, definida pelo autor como o conjunto de práticas políticas das elites brasileiras que se instituiu a partir da tensão entre criar uma economia e perseguir a ideia de progresso à americana pelo atalho da modernização autoritária.

Nessa linha interpretativa, empresários e sindicatos localizam no Estado o inimigo direto de seus novos interesses. A sociedade é levada a crer, pelos efeitos da inflação e da perda de dinamismo econômico, que a modernização produzida pelo autoritarismo consistiria no principal responsável por seus males. Os temas da desburocratização, desestatização, privatização, mercado livre e abertura de fronteiras econômicas pareciam dar novo ânimo ao americanismo doutrinário que emanciparia o país de seu obscurantismo católico e ibérico. No entanto, sem a democratização do acesso à terra e sem a emigração em massa, continua Werneck, os propósitos eram livre iniciativa à americana para uns e iberismo para todos os outros (VIANNA, 1991, p.12).

² Paulo Cesar Farias organizou uma espécie de clube, com três categorias de sócios, para arrecadar fundos para a campanha de Collor. Numa delas, composta de vinte empresários, pediria um milhão de dólares a cada um dos integrantes. A dez empresários, solicitaria três milhões de dólares. De cada um dos cinco empresários da nata do clube, obteria 10 milhões de dólares. Além desse “clube”, as doações avolumaram-se conforme Lula ia crescendo nas pesquisas. Para maiores detalhes, ver Conti (1999).

O fim do primeiro ano do Governo Collor seria o de conclusão de sua experiência neoliberal, derrotando o fundamentalismo americanista da campanha eleitoral e do Plano Collor I, fruto, diretamente, da perda de base de sustentação social e política das reformas neoliberais, implicando a crise de governabilidade. A partir desse diagnóstico, o autor propõe-se a investigar as condições em que se operou “este movimento circular da conjuntura brasileira, que vai da tentativa de uma fração das elites a romper com a tradição ao seu apaziguamento com ela” (VIANNA, 1991, p. 13).

Nessa interpretação, Collor teria começado a governar através das medidas provisórias que concederam “poder de império” ao Executivo, já por origem de exercício forte segundo as constituições brasileiras. O Plano Collor I ignorara o Congresso e a correlação de forças nele existente e, sob o pretexto de intervir sobre a situação de emergência da hiperinflação, impôs à sociedade suas reformas neoliberais. O desempenho do mandato presidencial se investira, assim, de **conotações bonapartistas**, forçara o embate com o Congresso, e se apresentara como o reformador moderno da República, bastião da modernização neoliberal e da desvalorização da esfera pública no domínio econômico. Tais ideias teriam se concretizado na investida contra as empresas estatais em defesa da privatização e da liquidação das elites tecnocráticas do Estado.

Como suposto geral da política do governo, a consideração do esgotamento da esfera pública como lugar de otimização da acumulação privada – a chamada privatização do público - e de estabilização política e social da ordem burguesa. A ordem privada, expandida e consolidada no vintênio autoritário, necessitaria, agora, se desvencilhar da sua própria história e das suas antigas instituições, cabendo à modernização neoliberal refundar a hegemonia burguesa à base do mercado e dos sistemas de valores que se orientam por ele – ethos utilitarista, sindicalismo de negócios, minimalismo político (VIANNA, 1991, p. 15).

Rapidamente, porém, as condições internas desfavoráveis começaram a emergir em meio às pressões governamentais para adesão ao Plano Collor: as ações fulminantes do governo teriam correspondido à submissão do Congresso, à unificação das elites econômicas e políticas em prol do projeto.

(...) Temia cada empresário, em seu cálculo particular, ser prejudicado nos seus interesses e negócios em nome da defesa da ordem capitalista em geral, na medida em que não detinha qualquer forma de controle –

como no Plano Collor I – sobre a orientação das medidas governamentais (VIANNA, 1991, p. 16).

Somar-se-ia a esse quadro de esvaziamento político, continua Werneck Vianna, o isolamento social do governo gerada pela ação dos sindicatos em defesa dos salários e do nível de empregos, dos intelectuais e artistas em reação à intervenção estatal no âmbito cultural e da Universidade em função da proposta de ensino público pago.

Apesar de apontar aspectos que poderiam trazer ao centro da análise a sociedade civil e seus embates, bem como conflitos dentro e fora da ossatura material do Estado, Werneck Vianna acaba por retomar seu viés analítico original. Assim, explica o refluxo do projeto neoliberal, ao fim do primeiro ano de governo, pelo chamado “excesso de governabilidade”, cuja expressão maior foi o Plano Collor II, o chamado “projeto”. A partir desse momento, haveria o reconhecimento tácito de que o projeto político inicial do governo fora derrotado e que, doravante, o governo passaria a atuar no campo da “Tradição Republicana”, reverenciando os antigos objetivos da modernização burguesa: desenvolvimento econômico e política social, abdicando do projeto de modernização neoliberal como ruptura histórica.

(...) o chamado ‘projeto’, programa de intenções do governo, procura, de um lado, recuperar em sua retórica os temas clássicos da modernização brasileira – desenvolvimento econômico e incorporação social – e, de outro, sustar o processo de dualidade de poderes na tentativa de se constituir no ator privilegiado do entendimento nacional (VIANNA, 1991, p. 19).

No que se refere especificamente às relações entre Estado e Sociedade no Brasil ao final dos anos 80 e início dos anos 90, Werneck Vianna aponta para o crescimento da influência política do empresariado e dos sindicatos, que se intensificava na medida em que ambos ampliavam seu grau de autonomia em relação ao Estado. Cogitava-se, então, “(...) uma nova sociedade civil capaz de se contrastar e, eventualmente se confrontar com o Estado, inaugurando-se uma nova fase na história de suas relações” (VIANNA, 1991, p. 54).

A eleição e a posse de Collor, todavia, teriam revertido esse quadro com a decretação do plano de estabilização monetária que concedeu ao presidente a iniciativa na tomada de decisões e a capacidade de traduzi-las em imposições para os demais atores políticos e sociais. A partir de então, Werneck destaca que empresários e sindicatos perderam a possibilidade de assumir papéis protagonistas e assumiram uma

postura defensiva diante do novo fausto do velho autoritarismo, materializado no processo de encaminhamento pelo governo do Plano Collor I sob a justificativa de controle da hiperinflação que se anunciava.

(...) a pretexto das ameaças da hiperinflação e do caráter inócuo dos remédios convencionais, permitiu uma inaudita politização da vida econômica, operando-se uma efetiva expropriação política da sociedade civil. Expropriação não formal, estão aí o Parlamento e os partidos políticos, mas real, porque a vontade de um não mais pode ser obstada pela vontade de todos (VIANNA, 1991, p. 55).

A origem do fenômeno de enfraquecimento da sociedade civil, entretanto, não poderia ser identificada somente nas estratégias políticas de encaminhamento das reformas neoliberais pelo Governo Collor. Seria, antes disso, um fenômeno pré-eleitoral, diretamente relacionado à forma como empresários e sindicatos posicionaram-se diante da conjuntura de transição democrática. Ao valorizarem seus interesses particulares em detrimento do fortalecimento do campo democrático, teriam permitido um resultado final sobre o qual não têm controle.

(...) o plano de estabilização monetária recompõe a velha assimetria entre Estado e sociedade civil, o primeiro se autonomiza em relação ao segundo, volta a politização da economia e aumenta sem paralelo o intervencionismo estatal.

O que era para ser um Estado mínimo se expande sem conhecer fronteiras e, em defesa do sistema de propriedade e da livre iniciativa, sequestra todas as propriedades e toda iniciativa (VIANNA, 1991, p. 56-57).

Assim como para Luiz Eduardo Soares, também para Werneck Vianna, a lente de entendimento do período Collor passa pelo binômio “sociedade civil fraca/Estado forte”. Nesse caso, havendo até mesmo o que Vianna chama de “excesso de governabilidade” e de bonapartismo por parte do Presidente, então identificados como elementos centrais para explicação do fracasso do Plano Collor I.

Embora sua análise possa ser inserida em outra perspectiva analítica, na medida em que se propõe a investigar os interstícios da política econômica do governo Collor em suas alterações³, **Luiz Carlos Bresser Pereira**⁴ compartilha do diagnóstico de Luiz

³ A política econômica do Governo Collor passa da heterodoxia do Plano Collor I, entre 15 de março a 15 de maio (quando foi suspensa a prefixação dos salários), à ortodoxia monetarista, a partir da segunda quinzena de maio (quando foi definida a desindexação dos salários), até chegar, a partir de janeiro de 1991, ao congelamento de preços.

Eduardo Soares e de Werneck Vianna quanto à debilidade da sociedade civil, diante do Leviatã brasileiro.

Bresser Pereira (1991) na análise dos planos de estabilização utiliza-se da teoria estruturalista da inflação inercial perspectiva que alia a teoria econômica convencional ou ortodoxa à teoria da inflação inercial. Afirma que a equipe da então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, acertou no diagnóstico da crise fiscal do Estado brasileiro, definida pela perda do crédito público e pela incapacidade do Estado de se financiar a não ser inflacionariamente.

O Estado crescera demais, e a estratégia de industrialização por substituição de importações se esgotara. Era preciso, portanto, reduzir o Estado, privatizar as empresas estatais e, principalmente, liberalizar o comércio internacional, eliminar grande parte das barreiras não tarifárias e reduzir as tarifárias (BRESSER, 1991, p.10).

Assim, o grande equívoco da política econômica, destaca o autor, não teria sido o diagnóstico, nem as metas estabelecidas. O problema maior residiria na hesitação da Ministra Zélia Cardoso de Mello em abandonar suas convicções protecionistas e desenvolvimentistas no momento de implementação das reformas neoliberais para que conseguisse promover a recuperação econômica do Estado e controlar o processo inflacionário. Assim, segundo o Ministro da Fazenda do Governo Sarney, Zélia Cardoso,

não se transformava em uma liberal, não traía suas posições social-democratas, porque seu objetivo não era o *laissez-faire*, o Estado mínimo. Era sanear-lo e reformá-lo para que ele pudesse voltar a intervir eficientemente, embora subsidiariamente ao mercado, em novos setores: política industrial e tecnológica, política social, política do meio ambiente (BRESSER, 1991, p.10).

Soma-se a essa hesitação da equipe econômica, ainda segundo Bresser, a adoção de uma política ortodoxa, monetarista, que não tinha condições de quebrar a dinâmica da inflação inercial informalmente indexada - marca indelével da economia brasileira.

A inserção da obra do Ministro da Fazenda do Governo Sarney em um estudo que está se propondo a mapear algumas das interpretações vigentes sobre as relações

⁴ Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os cargos de Ministro da Fazenda (1987), Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia (1999). Uma análise mais detalhada de sua trajetória política e profissional será realizada no capítulo 4.

entre Estado e sociedade no Brasil do Governo Collor, justifica-se pelo fato de que sua análise amplia-se para além das questões meramente econômicas. Na tentativa de procurar elementos outros que explicassem a inflexão do governo, ao final de seu primeiro ano, Bresser volta sua análise para as relações entre o que ele chama de “sociedade civil” e o Governo Collor. Caracteriza essas relações, ao longo dos quatorze meses iniciais de governo, mais como confronto do que conciliação. O desdobramento dos sucessivos embates teria sido a crise de legitimidade que tentou ser resolvida com a demissão da Ministra da Economia Zélia Cardoso e sua substituição por Marcílio Marques Moreira.

A peculiaridade dessa análise reside em sua caracterização da sociedade civil no Brasil. Bresser praticamente a identifica com os empresários. Os demais setores teriam sido excluídos uma vez que, em sua avaliação, as especificidades da “democracia dual” brasileira, teriam aberto espaço para que os “despossuídos” participassem diretamente da eleição do presidente. Os rumos do governo, todavia, foram influenciados somente por uma pequena elite.

Nesta pequena sociedade civil, onde estão presentes os empresários, os jornalistas, os cientistas, os artistas, os líderes de sindicatos e associações de todos os tipos, são os empresários o grupo maior, mais poderoso e influente. O presidente pode ser, eventualmente, eleito à revelia deles, como aconteceu com Collor, ou contra eles, como aconteceria se Lula tivesse sido eleito, mas depois não há alternativa senão governar com eles (BRESSER, 1991, p. 13).

O grande erro cometido por Collor, na perspectiva então apresentada, foi justamente ter provocado uma crise de legitimidade (caracterizada por Bresser Pereira como a perda de apoio da sociedade civil), incorrendo no equívoco de pensar que poderia governar sem o apoio dos empresários, uma vez que havia sido eleito sem eles, como demonstra claramente a passagem abaixo:

(...) ignorando que a popularidade vem dos eleitores, mas a legitimidade, no sentido político do termo e não no sentido jurídico, se origina na sociedade civil e particularmente nos empresários, o governo Collor pretendeu quase deliberadamente governar sem a sociedade civil. Ao fazer isso, ao cair na tentação do contato direto com o povo, entrou em um processo de perigoso e desgastante conflito com essa sociedade (BRESSER, 1991, p. 13).

A dimensão desse isolamento do governo diante da sociedade civil assumiria, para o autor, uma importância ainda maior em função do fato de serem os participantes

da sociedade civil e, particularmente, os empresários, portadores de um enorme poder e assim,

(...) quando não são chamados a participar, respondem com palavras e atos. Palavras, porque possuem a hegemonia ideológica, direta ou indiretamente são os formadores de opinião por excelência da sociedade. Atos, porque são eles que tomam todos os dias as decisões de preço e de investimento (BRESSER, 1991, p. 14).

A partir do diagnóstico acima traçado, o único caminho que Bresser Pereira identifica como viável para a solução da crise de legitimidade do governo Collor seria a substituição dos “Tempos Heróicos” de Zélia Cardoso por uma nova fase em que a conciliação e não o confronto com a sociedade civil fosse a tônica. Em outras palavras, a crise que assolara o Governo Collor fora fruto de seu distanciamento de uma sociedade civil identificada com os grupos organizados, mais especificamente o empresariado.

Mais uma vez, é incorporada à análise a ideia exaustivamente alardeada por Collor de sua eleição ter ocorrido à revelia dos grandes empresários. Como se esses tivessem ocupado uma posição de neutralidade diante da possibilidade de, no segundo turno, o cargo mais importante da República ser ocupado por uma liderança sindical.

Mesmo sem cobrar do ex- Ministro da Fazenda do Governo Sarney uma análise que possa aproximar-se do campo marxista, causa estranheza uma identificação entre “sociedade civil” e empresários. A menos que possamos aproximar a análise de Bresser do campo da Teoria das Elites, na qual o poder político pertence, sempre, a um restrito e monolítico círculo de pessoas, em contraposição a uma maioria dele que está excluída. Mais especificamente, uma aproximação com a “teoria da minoria organizada”, de Gaetano Mosca, segundo a qual,

(...) a classe política encontra sua própria força no fato de ser ‘organizada’, entendendo por organização, tanto o conjunto de relações de interesses que induzem os membros da classe política a coligarem-se entre si e a constituírem um grupo homogêneo e solidário contra a mais numerosa, dividida, desarticulada, dispersa e desagregada classe dirigida, como o aparelho ou máquina estatal da qual se serve a classe política como instrumento para realização de seus próprios fins (BOBBIO, 1993, p. 386).

Nessa perspectiva, é possível compreender o peso representado pelos empresários na crise do governo Collor. No entanto, numa sociedade que é vista pela clivagem dos governantes organizados e governados desarticulados, torna-se ainda mais inconsistente excluir esse grupo organizado (empresários) dos rumos do processo eleitoral no pleito de 1989.

Dando continuidade ao exercício de mapeamento, longe de conclusivo, das obras que se detém sobre as relações entre Estado e sociedade durante o Governo Collor, **Maria Valéria Pena** (1991) caracteriza as bases da Reforma Administrativa implementada no momento de sua posse, como sendo parte de um projeto de reconstrução das relações entre Estado e sociedade. As críticas ao serviço público, ao lado do programa de desestatização e de abertura dos portos da política industrial, constituir-se-iam em um desmantelamento da natureza conferida ao Estado brasileiro a partir dos anos 1930.

A rigor, o que se assiste é um ataque em todas as direções. (...) Não se cogita de produzir um melhor acesso do cidadão ao patrimônio comum ou de tornar mais eficiente a regulação estatal da sociedade ou de sua economia, mas de reduzir tanto o escopo de tal patrimônio e as expectativas sociais sobre seu uso quanto de criar os mecanismos que permitam o funcionamento irregular do mercado. (...) Não existe qualquer reforma administrativa em andamento. Reestrutura-se o Estado e, com ele, pretende-se, um pedaço da sociedade (PENA, 1991, p. 131).

A passagem destacada acima em muito se assemelha aos demais estudos sobre o tema. No entanto, um trecho em especial pode ser sublinhado quando da análise da autora sobre a reconfiguração das relações entre Estado e sociedade em andamento durante o Governo Collor. Assim como já utilizada por um dos mais célebres historiadores brasileiros, para intitular um de seus livros mais conhecido no qual analisou “a República que não foi” e a reação da população diante do ocaso da Monarquia, mais uma vez resgata-se a célebre frase de Aristides Lobo para qualificar a passividade da sociedade brasileira diante do Leviatã brasileiro.

(...) não se acabrunham os cidadãos com o que se passa: apenas assistem **bestializados** [grifo nosso] à marcha de um processo que, se modifica algo, é alguma coisa que nunca lhes foi próprio. (...) Tanto o diagnóstico que apresenta o Brasil como um sistema político excessivamente dominado pelo Estado, quanto o que imagina seu Estado excessivamente privado, têm razão e coincidem em um ponto crucial: em qualquer dos casos, é muito exíguo o território conferido à cidadania (PENA, 1991, p. 132).

Assim, mais uma vez, estar-se-ia “bestializando” a sociedade brasileira diante do gigantismo e do Estado-Sujeito brasileiro.

Retomando o modelo clássico de análise da Ciência Política, **Ricardo Antunes** (2005) parte da caracterização da década de noventa como sendo o momento de desertificação social e de predomínio da política liberal. O autor estabelece como primeiro ponto de análise do governo Collor suas semelhanças e particularidades com o bonapartismo de Luís Bonaparte.

Em relação aos aspectos comuns entre o governante do Segundo Império francês e do ex-governador de Alagoas, destaca Antunes o predomínio dos interesses gerais da ordem, mesmo quando em alguns aspectos contingenciais os setores dominantes são atingidos; a necessidade da presença de uma massa de manobra que permita a *persona* do “Bonaparte” celebrar a sua autonomia relativa ante os interesses dominantes; a crescente regressão do poder parlamentar, expressa nas medidas provisórias, anticonstitucionais e nos vetos presidenciais; a tendência autocrática e ditatorial e, por fim, a dimensão aventureira.

O Plano Collor é exemplar a este respeito. Tem um *télos* que visa à modernidade do grande capital e, para alcançar tal objetivo, implementa algumas medidas que, em sua imediatidade, e só neste plano, ferem aspectos do setor do capital. (...) Aqui aflora a representação mais difusa, mas real, dos ‘descamisados’, dos ‘pés-descalços’, este enorme contingente que vivencia em sua cotidianidade condições das mais adversas. E que crê na figura do presidente, dando-lhe apoio muitas vezes incondicional (...) Collor foi a expressão (bem sucedida) de um improviso necessário da ordem ante os riscos presentes no quadro eleitoral (ANTUNES, 2005, p.8-9).

Esses pontos em comum entre o francês Luís Bonaparte e Fernando Collor, porém, não invalidam as especificidades do bonapartismo “*à la brasileira*” cujas origens remontam, para Ricardo Antunes, à essencialidade do Plano Collor. A análise do pacote de medidas apresentadas em 15 de março de 1990 permitiria a captação das articulações recíprocas entre as dimensões econômicas e políticas do Brasil de então. Sendo assim, no Plano propor-se-ia promover um novo salto para a modernidade capitalista, ao acentuar o modelo produtor para exportação e tornar a economia brasileira competitiva ante as economias avançadas, o que implica a franquia da produção aos capitais monopólicos externos.

Nessa perspectiva, o Plano Collor encontrar-se-ia

(...) em clara integração com o ideário neoliberal. A privatização do Estado preenche outro requisito imprescindível desse ideário. Os procedimentos para a obtenção deste télos seguem, em dose única, o essencial do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI): o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a ‘modernização’ (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizado em nosso país. É um desenho econômico nitidamente neoliberal, O ‘intervencionismo exacerbado’ presente no Plano e que desagradou aos setores mais à direita lembra a última medida necessária para uma lógica de um Estado que se quer todo privatizado. É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal (ANTUNES, 2005, p. 10).

O grande problema identificado nas linhas centrais do Plano é que não promoveria uma mudança radical na política econômica e no padrão de acumulação. Os interesses do grande capital seriam atingidos somente na imediatividade, diferentemente do que ocorreria com os segmentos menos organizados. Assim sendo, o Projeto Collor, expresso nos Planos Collor 1 e 2 – esse como reconhecimento da falência das medidas imediatas e contingenciais daquele -, teria desestimulado o parque produtivo, achatado os salários, além de não ter conseguido controlar a inflação, uma vez que

(...) vislumbra a modernização capitalista sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vive a brutalização mais aguda da história republicana (ANTUNES, 2005, p.12).

A hipótese central de que o Estado-Sujeito diante da sociedade civil amorfa é o principal viés explicativo para as análises sobre o Brasil dos anos 1990 pode ser contraposta. O predomínio entre a literatura que se dedicou ao estudo das relações entre Estado e Sociedade no Brasil dos anos noventa da caracterização do Estado brasileiro como Estado-Sujeito pode ser explicado pelo fato de que nenhum dos autores até agora trabalhados tenha se proposto a adotar o arcabouço conceitual gramsciano, mesmo aqueles mais próximos do marxismo, como Ricardo Antunes. A caracterização, na maioria dos estudos aqui apresentados, do Estado brasileiro como que dotado de uma vontade racionalizante, de poder próprio e de uma autonomia tendencialmente absoluta em relação às classes sociais, que imporia “sua” política (a da burocracia ou das elites

políticas) aos interesses divergentes e concorrentes da sociedade civil amorfa e plasmada pelas ações desse Estado, pode ser entendida somente como uma determinada opção teórica dos autores.

Nenhum dos estudos até agora analisados se propunha a trabalhar com a categoria de Estado Ampliado, profundamente marcado pelos conflitos entre sociedade civil e sociedade política que disputam a conquista da hegemonia e que inscrevem tais disputas na própria ossatura material do Estado e nos aparelhos privados de hegemonia. No entanto, nem mesmo quando analisamos mais detalhadamente a obra de um gramsciano anunciado, o arcabouço conceitual construído pelo intelectual italiano é efetivamente utilizado como instrumental analítico.

Marco Aurélio Nogueira (1998), assim como os demais autores aqui apresentados, também é cientista político. Entretanto, diferentemente daqueles, quando sugeriu a construção de um quadro interpretativo da realidade brasileira, através da análise de temas próprios da política e da crise do Estado contemporâneo diante dos desafios principais da esquerda nos dias de hoje, afirmou ser Antônio Gramsci sua principal referência teórica.

Somos protagonistas de revoluções sem revolução. Entre nós, a mudança radical, explosiva, concedeu espaço a uma progressiva modificação da composição de forças: prevaleceram sucessivas restaurações de equilíbrios preexistentes, com o “velho” sendo incorporado e certas exigências do “novo” sendo acolhidas. Mas não se tratou de pura conservação, já que por detrás do aparente imobilismo político ocorreu na realidade uma firme transformação molecular da estrutura material, dos padrões culturais e das relações sociais fundamentais. Como é bem conhecido, esse são alguns dos temas de Antonio Gramsci, autor que – também por isso, mas não só – é a principal referência teórico-política do presente volume (NOGUEIRA, 1998, p. 12).

Assim, Nogueira caracterizou a revolução burguesa como um prolongamento de certas formas coloniais, o que teria dispensado a sociedade civil de maior protagonismo. Fez-se assim,

sob o comando do Estado, que, de tanto intermediar interesses (antigos e modernos) e roubar energia da sociedade, hipertrofiou-se macrocefalicamente. (...) acabou por patrocinar uma institucionalização precária do político, afastando-o da democracia e diminuindo sua capacidade de processar demandas, tensões e contradições (NOGUEIRA, 1998, p. 12).

Se ainda restam dúvidas acerca da concepção de Estado que permeia toda a obra de Nogueira, aliás, bem distante da categoria de Estado Ampliado de Gramsci, outra passagem deixa ainda mais clara a identificação dessa pretensa obra balizada nos conceitos gramscianos com as demais apresentadas aqui até o momento.

Ainda caracterizando o Estado brasileiro, Nogueira afirma categoricamente que

(...) a hipertrofia do Estado produziu não poucos problemas. Além de ter deformado o Estado, sobrecarregando-o de atribuições e fragilizando-o como agente racionalizador e coordenador do desenvolvimento, acabou por deixá-lo ao sabor dos interesses particulares que ele sempre esteve obrigado a intermediar. Acabou por **'balcanizá-lo'**, como se costuma dizer. Por outro lado, dificultou a constituição de uma tradição democrática expressiva e inibiu (**via cooptações e regulação estatal da cidadania**) a **auto-organização da sociedade** [grifos nossos], além de ter impulsionado a generalização de uma cultura política impregnada de golpismo e autoritarismo (NOGUEIRA, 1998, p. 14).

Esse trecho é extremamente revelador do distanciamento da obra de Marco Aurélio Nogueira dos conceitos-chaves elaborados por Gramsci. Fica explícita, portanto, a noção do Estado como sujeito central do processo histórico, repleto de caracterizações negativas e dualizantes (forte/frágil; centralizador/balcanizado). A ação estatal como determinante no processo de cooptação e regulação da cidadania. A sociedade, incapaz de construir caminhos próprios para sua organização, teria sido assim plasmada pela ação desse Estado, em muito se aproximando a interpretação de José Murilo de Carvalho (1998b) acerca da cidadania brasileira.

Tais perspectivas de predomínio do Estado sobre a sociedade, sendo esse Estado uma entidade quase "mítica" e, portanto, acima e além dos embates entre forças sociais e frações de classe, na perspectiva de Sônia Regina de Mendonça,

(...) aproximam-se de demandas elaboradas pelas frações da classe dominante, especialmente aquela que combate os 'excessos' de intervencionismo público, sobretudo em matéria econômica, demanda típica do pensamento liberal (MENDONÇA, 2005, p. 8).

Esse viés interpretativo, profundamente marcado pela desqualificação da ação pública, e que o autor deixa claro ainda na apresentação, permeia toda a obra e acaba por se encaixar perfeitamente no projeto das reformas neoliberais tão propaladas no Brasil nos anos noventa.

Quando da análise da conjuntura história em que se deu a eleição de Collor e do seu período de governo, Marco Aurélio Nogueira distancia-se ainda mais do que pode ser considerada uma análise que tenha em Gramsci seu principal referencial. Já nos primeiros momentos da análise sobre o Governo Collor, ao identificar os elementos que foram responsáveis por colocar a questão do Estado no centro da agenda política brasileira, ainda durante as eleições presidenciais de 1989, destaca que

de um lado, ouviam-se ainda os ecos do movimento político anterior, referenciado pela oposição democrática à ditadura militar e pela luta contra o modelo de Estado interventor por ela patrocinado. De outro lado, o País era desafiado a ajustar sua economia à **nova fase do capitalismo mundial, cuja ideologia, o neoliberalismo** [grifo nosso], encontrava-se precisamente no Estado seu *sparring* preferencial (NOGUEIRA, 1998, p. 124).

Na passagem acima fica explicitado que Nogueira caracteriza o neoliberalismo como a ideologia da nova fase do capitalismo mundial. Tal utilização do conceito em muito se afasta dos preceitos gramscianos. Para o filósofo italiano, ideologia assume uma conotação positiva – diferentemente do que ocorre nos primeiros escritos de Marx, nos quais é considerada como “falsa consciência”, sendo “(...) uma concepção de mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva”(GRAMSCI, 1974, p. 138).

Corroborando a linha interpretativa acerca da obra de Marco Nogueira que aqui está sendo construída, Carlos Nelson Coutinho afirma que Gramsci distingue as ideologias entre si: as “ideologias arbitrárias”, individuais ou de pequenos grupos, que são de curta duração e têm pouca incidência sobre a ação humana e as “ideologias orgânicas”, que dão expressão às aspirações de grandes correntes históricas, de classes ou de grupos com vocação hegemônica e com capacidade de se tornarem classes nacionais (COUTINHO, 2000, p. 67). Com grande esforço, poderia ser feita a aproximação entre essa última definição, “ideologia orgânica”, ao sentido que Nogueira está empregando. Entretanto, tal esforço exigiria maiores esclarecimentos do autor de *As possibilidades da política* que, entretanto, não são identificáveis em nenhum momento da citada obra.

Na tentativa de inferir, então, o uso que Marco Aurélio Nogueira faz do conceito de “ideologia”, no debate que se trava em torno de seus distintos usos e significados, torna-se muito mais exequível aproximá-lo daqueles que, segundo Noberto Bobbio,

fazem uso do “conceito fraco de ideologia” do que da construção conceitual gramsciana.

No seu significado fraco, Ideologia designa *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos coletivos. [Nesta perspectiva] Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas (STOPPINO, 1993, p. 585).

Outra passagem do texto de Stoppino também pode ser citada como um dos usos mais gerais do significado fraco de Ideologia. Em referência ao elaborado por Carl Friedrich, “(...) as Ideologias são sistemas de ideias conexas com a ação que compreendem tipicamente um programa e uma estratégia para a sua atuação e destinam-se a mudar ou a defender a ordem política existente” (STOPPINO, 1993, p. 587).

Na análise das características fundamentais das estratégias eleitorais que viabilizaram a vitória da candidatura de Collor nas eleições presidenciais de 1989, Marco Aurélio Nogueira também se afastou das categorias analíticas gramscianas. Recuperando os mais recorrentes argumentos da Ciência Política para a explicação do “fenômeno Collor”, o autor em muito se aproxima de uma das obras aqui analisadas.

Filho do vazio político aberto no Brasil em decorrência das artimanhas da transição democrática – expresso, simultaneamente, na fraqueza das lideranças políticas, no mau funcionamento do sistema partidário e na desocupação do ‘centro’- Collor saberia encarnar a desconfiança de largas faixas da população contra os políticos e a política (NOGUEIRA, 1998, p.125).

Quando Nogueira dispõe-se a analisar os mecanismos que viabilizaram a vitória eleitoral de Collor, reproduz a interpretação de Werneck Vianna, presente na obra já analisada, *De um Plano Collor a Outro*, na qual o cientista político iuperjiano explica a eleição de Fernando Collor em função da sua capacidade de ocupar o espaço do “centro”, que fora deixado vago pela fragilidade das demais candidaturas. Duas passagens do texto de Werneck podem ser facilmente identificadas na obra de Nogueira:

Ainda no primeiro turno, imprime-se uma polarização artificial à estrutura partidária, eliminando-se, desde aí, qualquer possibilidade eleitoral do centro democrático – isto é, das forças liberais-democráticas.

(...) Cancelado o centro, o neoliberalismo articulado da direita moderna não se defronta na campanha com um discurso que o conteste enquanto tal (VIANNA, 1991, p. 25).

Na passagem do texto de Nogueira que será agora apresentada fica clara a fonte de inspiração, sem que, no entanto, qualquer referência ao texto de Werneck Vianna tenha sido feita.

Ao longo do processo eleitoral, o liberalismo democrático foi entregue a própria sorte, graças à interrupção de sua antiga aliança com a esquerda democrática. (...) o “centro” ficou disponível e meio à deriva, terminando por ser magnetizado e em boa medida tragado pela direita, especialmente em sua versão neoliberal (NOGUEIRA, 1998, p. 125).

Se Marco Aurélio Nogueira afasta-se de Gramsci quando da caracterização do Estado brasileiro como Estado-Sujeito e quando faz uso da concepção liberal do conceito de ideologia, nada difere quando um dos mais importantes conceitos gramscianos aparece em sua obra: o de Sociedade Civil.

Como era de se prever, as eleições foram o fator de organização da vida política e cultural brasileira durante 1989. Os tempos, ritmos e aspirações, assim como os processos e expectativas da sociedade civil, acabaram por ser redimensionados pela disputa eleitoral, na qual foram depositadas quase todas as esperanças societais (NOGUEIRA, 1998, p. 126).

Se ainda estivéssemos analisando um dos clássicos estudos dos cientistas sociais, claramente inspirados em uma matriz liberal, a citação acima não suscitaria estranheza. No entanto, em um estudo que se declara tributário da matriz gramsciana, naturalizar o conceito de Sociedade Civil – que para Gramsci assume um papel central – é um “equivoco” de grandes proporções. Longe de significar um dos componentes que, ao lado da sociedade política, compõem o que Gramsci chama de “Estado Ampliado” e cujos portadores são os aparelhos privados de hegemonia, sociedade civil para Marco Aurélio Nogueira parece moldar-se ao que Norberto Bobbio chama de tradição da literatura política inglesa, mais impermeável à influência marxista e na qual se entende por Sociedade Civil,

a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade Civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder (BOBBIO, 1993, p. 1210).

Quando da análise do governo Collor e das bases da reforma administrativa que então foi implementada, Marco Aurélio Nogueira acaba por realizar muito mais uma análise do discurso presidencial do que uma análise dos conflitos intra classe dominante ou entre as frações de classe que compõem o bloco no poder. Dos componentes discursivos do então presidente são retirados pressupostos analíticos. Justapõem-se, a todo o momento, os argumentos apresentados por Collor, com os elementos explicativos fornecidos por Marcos Nogueira. Um leitor menos desavisado pode, facilmente, tomar como palavras do autor da obra as do então presidente. Semelhante justaposição é ainda facilitada pela completa ausência de referência das fontes pesquisadas. Os discursos de Collor são apresentados sem a identificação de nem mesmo a data específica em que foram proferidos.

Como a questão do Estado ocupa lugar central na obra de Nogueira, ela novamente retorna a cena. E, mais uma vez, absolutamente distanciada da concepção gramsciana.

A simplificação operada pelo discurso oficial do governo Collor no que se referia à questão do Estado sintonizava-se muito bem com o ambiente político e ideológico do Brasil daqueles anos. Ajustava-se a um processo societal que parecia vocalizar certa frustração com os rumos da democratização: a sociedade começava a cavar uma trincheira diante do Estado. Uma trincheira de ataque e defesa, a partir da qual se pedia ‘tudo’ e fustigava-se o Estado de todos os modos (NOGUEIRA, 1998, p. 137).

Para encerrar a análise da obra de Marco Nogueira, serão destacadas algumas de suas expressões que causam grande estranhamento para uma produção que se pretende gramsciana, tais como: “em pouco tempo os brasileiros irão mostrar grande disposição para abandonar o presidente à sua própria sorte (p. 132)”, ou então, “foi, entretanto, impossível escamotear os dados da vida: logo ficará patente que a grande arma anti-inflacionária do governo confundia-se com a recessão (p. 133)”. Como assim brasileiros? Quem são “eles”? Membros da sociedade política que atuam no âmbito da ossatura material do Estado Restrito? Membros da sociedade civil que estariam organizando um movimento contra hegemônico? Parlamentares prestes a encaminhar o processo de *impeachment*? Qual o significado, de “abandonar o presidente à sua própria sorte” no contexto de uma teoria, como a gramsciana, que caracteriza o movimento social como um campo de alternativas, como uma luta de tendências cujo desenlace não está assegurado por nenhum determinismo econômico, mas depende do resultado da

luta entre vontades coletivas organizadas pelos partidos? Mais ainda, o que são “dados da vida”? Questões que Nogueira sequer passa perto de responder.

III. O “Marajá Superkitsch” em uma leitura problematizada

Ainda na tentativa de construir um panorama da produção sobre as relações entre Estado e Sociedade no Brasil ao longo do governo Collor, destaca-se, numa perspectiva distinta das obras até aqui apresentadas, o trabalho de **Francisco de Oliveira**, *A Falsificação da Ira*. Encomendado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) que procurava, então, detectar as tendências de transformação no país, a análise não se detém, nem se deleita, dos disparates de Collor, de seus ministros e apaniguados. Ao contrário, situa Fernando Collor e seu governo na perspectiva da crise da sociedade e do Estado Brasileiro, na qual o ex-governador de Alagoas constituiu-se em uma alternativa de direita, cujas realizações político-administrativas perdurarão para além de seu mandato.

A obra encontra-se dividida em duas partes: uma primeira, “Laboratório da Falsificação” – objeto específico do estudo aqui desenvolvido - na qual são analisadas as condições que deram lugar à candidatura e à vitória, seu plano mistificador e as consequências de sua presidência; uma segunda, “Trajetória e Queda”, composta por cinco artigos publicados na *Folha de São Paulo*, entre 1990 e 1992, sobre Collor, sua personalidade, suas extravagâncias, a corrupção de seu governo, seu plano e falhas.

Para além de um sucesso midiático, ou de um vazio deixado pelas candidaturas do centro, Francisco de Oliveira aponta como fatores que abriram caminho para a vitória da candidatura messiânica de Collor: i) o processo de dilapidação do Estado que ocorreu ao longo do governo Sarney e transformou-se em um terreno fértil para uma pregação antissocial e antiestatal; ii) uma leitura hegemônica do Estado como agente desperdiçador do dinheiro público (simbolizado na figura “marajás”), responsável pela concentração de renda e pela precariedade de todas as políticas sociais; iii) a instabilidade e incapacidade articuladora do sistema político-partidário de produzir uma saída para a crise política e econômica; iv) o desgaste das instituições e a destruição da credibilidade da política e dos políticos; v) o fato do processo eleitoral ter apagado os diferentes significados para as diferentes classes e grupos sociais sobre o desgaste das instituições e erosão da credibilidade; vi) a crise de credibilidade do Estado, das instituições, da política e dos políticos, da acumulação de capital que impedia que o

mecanismo de agregação de interesses funcionasse de modo a que as candidaturas “normais” fossem beneficiadas; vii) o apelo de Lula à organização de classe num sentido estrito e não às agregações de interesses difusos; viii) a deterioração de todos os serviços públicos, principalmente daqueles mediante os quais o Estado atendeu crescentes reivindicações populares (anulação da capacidade redistributiva das políticas sociais públicas).

A crise geral do Estado, apontada por Francisco de Oliveira, inviabilizou a indicação de uma saída para uma economia construída por uma alta dose de sustentação estatal e uma baixa socialização dos resultados da expansão econômica,

(...) quase como corolário necessário, a deterioração de todos os serviços públicos, mormente daqueles mediante os quais o Estado, de certa forma, atendeu crescentes reivindicações populares (...) os serviços ou bens públicos na verdade se expandiram. Foi a visibilidade dessa expansão e melhoria que se apagaram na medida em que, sem crescimento econômico, a capacidade redistributiva das políticas sociais se anulou (OLIVEIRA, 1992, p. 31)

Ao potencializar a crise econômica, a Nova República havia deslocado, nas palavras do autor, o centro de gravidade da crise econômica para uma crise geral do Estado, do governo e das instituições.

Embora ainda seja possível identificar a caracterização do Estado brasileiro com o Estado-Sujeito de Poulantzas, há uma diferença fundamental com os trabalhos até aqui apresentados: esse Estado, embora Sujeito da História, não é monolítico e, muito menos, alheio aos conflitos entre as classes. Pelo contrário. Francisco de Oliveira identifica tais conflitos até mesmo no momento em que analisa a campanha eleitoral.

O segundo turno constituiu-se em uma guerra de classes, expressa eleitoralmente nas formações que se alinharam em torno dos dois primeiros colocados no primeiro turno. Mais do que os partidos que sustentavam os dois candidatos, foi, em primeiro lugar, o enfrentamento entre dois candidatos de raízes sociais e políticas diametralmente opostas que transformou o segundo turno em uma luta de classes eleitoralmente codificada (OLIVEIRA, 1992, p. 17).

Rompendo com a linha interpretativa dos estudos anteriores, Oliveira não “compra” a estratégia de Collor em definir-se como um candidato *outsider*, carente de apoios como elemento explicativo. Não define o “fenômeno Collor” como um “produto da mídia eletrônica” e, muito menos, caracteriza sua vitória enquanto resultado da ocupação de um vácuo aberto no “centro” do espectro político. Seria, longe disso, a

vitória de uma candidatura messiânica cuja explicação residiria nos conflitos de classes que marcavam o Brasil ao final da “década perdida”.

Assim sendo, o crescimento eleitoral do candidato da Frente Brasil Popular, levando-o ao segundo turno, acabou por potencializar os embates e transformar a eleição numa expressão codificada da luta de classes que ganhou expressão em função dos debates na televisão.

(...) a crise do regime, pela ascensão de Lula, tendeu a transformar-se numa crise da dominação social, ou numa crise de hegemonia. Frente a isso, todas as diferenças anteriores, que eram enormes, se apagaram, para constituírem um bloco completamente heterogêneo de forças sociais e políticas, que usaram de todos os recursos para evitar a derrota (OLIVEIRA, 1992, p. 21).

Nesse sentido, para Francisco de Oliveira, no segundo turno enfrentaram-se um candidato messiânico (repleto de apoios políticos e econômicos) e o líder de uma formação política de base classista com projeto anticapitalista. Tal polarização teria sido a responsável pelo apoio de vastos setores burgueses a Collor. Um exemplo que tal apoio pode ser demonstrado quando houve a convocação pela diretoria da FIESP de uma entrevista coletiva do empresariado na qual o presidente da mais importante instituição dos industriais brasileiros, Mário Amato, defendeu abertamente o voto no candidato *collorido* (CONTI, 1999, p. 222).

Ao caracterizar Fernando Collor como uma personalidade messiânica, o autor a diferencia do tipo carismático weberiano. A primeira, segundo Oliveira, criaria fanáticos, não sendo organizativa, mas sim episódica e frágil. A irrupção do messias seria como um “raio num dia de céu azul”. Já a segunda, embora tenha traços messiânicos, criaria seguidores, além de um movimento marcado pela rotinização e burocratização das atividades. Collor, portanto, é emblemático de um messianismo político urbano sem a sustentação de qualquer movimento social. Nesse sentido, Oliveira refuta algumas caracterizações à época imputadas ao “fenômeno Collor”. Não se trataria de populismo, pois não interpelava a radicalidade das massas em processo de integração numa sociedade fechada. Seus chamamentos seriam de justiça social, redistributivismo, acesso aos bens públicos, incitação contra as oligarquias dominantes (rurais e urbanas). Além disso, atuaria num quadro em que a integração das massas já se dera, o populismo já havia sido derrotado e o movimento sindical havia se reconstituído. Nesse sentido, Francisco de Oliveira acaba por identificar na candidatura

Collor “o possível parentesco com o fascismo seria mais plausível em função de uma das possíveis conseqüências do messianismo – a implosão da ordem social pela direita” (OLIVEIRA, 1992, p. 31).

As questões centrais que nortearam a candidatura e as primeiras medidas governamentais de Collor foram, segundo Oliveira, a capacidade do Estado continuar desempenhando o papel de financiador e articulador maior do processo de acumulação de capital, as novas condições dos mercados internacionais – cessação dos grandes empréstimos a longo prazo acentuando o problema de refinanciamento da dívida externa - e o crescimento pregresso da economia brasileira que exigia nova competitividade, novos e maiores fundos de acumulação e um processo de financiamento que ou se internacionalizava ou construía um novo esquema interno não sujeito às restrições de uma dívida de curtíssimo prazo.

Em função do quadro acima exposto, o apoio prestado a Collor pelos “descamisados” é lido por Francisco de Oliveira como fruto não da marca neoliberal, mas, sim, da investida contra o sistema político-partidário; os corruptos e as mazelas sociais foram vistas não do lado da desigualdade na distribuição de renda ou do processo de acumulação, mas do lado da ineficiência do Estado.

Na análise do Plano Collor I ou Brasil Novo⁵, implementado no dia da posse (15/03/1990), Oliveira destaca que, apesar de sua lógica neoliberal e privatizante, sua incolsutibilidade teria residido na união entre o messianismo do presidente e a impotência da teoria econômica, tornada viável pela dialética perversa da perda e da recuperação imediata da credibilidade. A articulação entre messianismo e programa econômico materializava-se no ataque à sociabilidade vigente cambaleante e na busca por uma nova segurança, o que suspendia as diferenças de classe e de interesses. Tal fato, portanto, explicaria a pouca resistência ao sequestro e à enxurrada de medidas provisórias aprovadas pelo Congresso.

A rápida deterioração do Plano, entretanto, é explicada por Francisco de Oliveira como sendo fruto da contradição entre sua temporalidade “messiânica” (que requer sucesso imediato) e a temporalidade societal, constituída de ritmos diferenciados que

⁵ O Plano Collor I, apresentado ao Congresso através da Medida Provisória no. 168, depois convertida na Lei no. 8024, de 12/04/1990, teve como principais medidas: mudança do signo da moeda (voltou a ser cruzeiro); redução da liquidez; desindexação geral entre preços e salários (relação capital-trabalho deveria ser resolvida na livre negociação); reformulação dos mercados cambiais; privatização das empresas estatais; moratória técnica do serviço da dívida; instituição de certificados de privatização; reforma administrativa (demissão de 360 mil funcionários públicos e fechamento de órgãos públicos); supressão dos subsídios fiscais (exceto para a Zona Franca). Para uma análise detalhada do Plano, ver FARO (1990).

são a tradução dos interesses e poderes das classes e grupos que compõem a sociedade. O capital e a grande burguesia exigem largo prazo do lucro e do investimento ao passo que os trabalhadores assalariados exigem uma temporalidade imediata, refletida no salário, e uma longa, expressa no emprego. Houve, assim, o atropelamento dos direitos constitucionais e dos setores organizados da sociedade.

No capitalismo contemporâneo, a tentativa de destruição das relações de conflito que sustentam a possibilidade da autonomia da política econômica só conduz ao seu contrário: a total subordinação da política econômica, que é a mesma coisa de sua ausência, ou à predominância da política das empresas (OLIVEIRA, 1992, p. 65).

Outro elemento identificado por Oliveira para explicar o fracasso do Plano Collor I baseia-se na inadequação entre a base teórica metodológica do plano (monetarista) e as condições concretas da economia brasileira. O plano autodenomina-se neoestruturalista (resgate das teorias de elaboração cepalina), mas o núcleo dessa reclamação heterodoxa (teoria da inflação inercial) demonstraria uma contradição entre as temporalidades dos sujeitos sócio-econômicos e a do Estado, em uma economia mista com forte suporte estatal no processo de acumulação e intermediação financeira. Nesse sentido, afirma o autor, os choques econômicos pretendiam anular a memória dos fatos passados que levam os agentes sociais a atuar no futuro imediato.

A funcionalidade de uma tal construção para a temporalidade 'messiânica' é evidente por si mesma: o segredo das medidas e sua violência fazem-se unha e carne da intervenção 'messiânica' e a perda da memória 'inercial' é o corretivo para o 'desvio' de comportamento anterior; ao mesmo tempo, o anúncio da nova racionalidade, que a 'memória' arquetípica registra imediatamente, é a abertura para os tempos de 'leite e mel' da promessa bíblica (OLIVEIRA, 1992, p. 67).

Na análise do Plano Collor propriamente dito, principalmente em relação às suas condições de perdurabilidade, Oliveira destaca seu caráter privatizante. No entanto, refuta a tão propalada ideia que perpassa grande parte das análises sobre o processo de implementação das reformas neoliberais: a de que se pretende, então, retirar o Estado da economia.

O sentido inequivocamente privatizante do governo Collor é o de uma forte deslocação do público em favor do privado, fundado numa incomparável privatização do público sem a correspondente publicização do privado (OLIVEIRA, 1992, p. 74)

Nesse sentido, destaca o autor, o elemento perdurável do projeto de reforma do Estado no governo Collor, seria a transferência do patrimônio público para o setor privado, com o objetivo de construir um novo padrão de financiamento da economia, pois

(...) ao invés de recursos públicos para constituir empresas estatais, utilizar os recursos públicos para constituir um novo e poderoso bloco de capitais privados que possa assumir o papel de líder e hegemônico do processo de acumulação (OLIVEIRA, 1992, p. 74).

Nesse momento de sua análise, e pela primeira vez entre as obras aqui apresentadas, há uma investigação de como tal projeto e os embates dele decorrentes estão inseridos na ossatura material do Estado. O autor de *Os Direitos do Antivalor* apresenta, ainda que sumariamente, os mecanismos utilizados pelo governo na condução do processo de privatização da Usiminas - marcado pelo uso de “moedas podres” e dos certificados de privatização -, e no processo de desmonte das instituições culturais e na extinção dos incentivos fiscais. Tais exemplos representam, nas palavras de Francisco de Oliveira, “um fetiche da forma de privatização específico de uma economia e uma sociedade que perdeu o poder sobre seu Estado e de um Estado que perdeu seu poder sobre a economia” (OLIVEIRA, 1992, p. 98).

Quando, em outra obra, se propôs a analisar as estratégias de campanha, as possíveis heranças do então presidente e a natureza da crise que o país atravessava, Oliveira aponta algumas interpretações que poderiam ser construídas em torno de Collor, tais como um herói às avessas, um precursor ou ainda um Fausto brasileiro. O autor, todavia, trabalha com a hipótese de que Collor sempre foi um simulacro e não foi, apesar de seu discurso, o primeiro presidente de um Estado moderno e renovado, mas o último presidente de um Estado falido, e é por isso que será lembrado.

Collor poderia ser uma espécie de herói às avessas. Imediatamente, ocorre-nos um simpático sentido macunaímico, mas o quase já ex-presidente é exatamente o oposto do anti-herói de Mário de Andrade. Pois ele se dá todas as importâncias, leva demasiadamente a sério as pompas do cargo. (...) poderia, ainda, ser um precursor, um desses aventureiros que, dispondo apenas da sagacidade, perscruta os novos tempos, percebe as brechas que a oportunidade do esfacelamento da velha ordem oferece a quem tem faro e audácia (...). Mais rigorosamente, ele é só um aventureiro, mas de alto coturno. Tal como a CPI mostrou, ele não percebe as brechas de uma era em decomposição: ele é um dos produtos da decomposição, ele é a decomposição do homem público de um Estado falido, em decomposição. (...) Como um Fausto brasileiro, encarnaria a força,

devastadora mas necessária da história, cujo projeto é o futuro. (...) Mas o mito do Fausto revela apenas pendores totalitários. Na sociabilidade pluralista, na capacidade das classes sociais atuarem não como *personae* cegas das forças do mercado, ou do destino, mas como plenamente dotadas de visão prospectiva, a adoção de um modelo, visão ou paradigma fáustico é contrária à modernidade de que a sociedade contemporânea é portadora (OLIVEIRA, 1992, p. 10-11).

Como caminho para sustentação de sua hipótese acerca da caracterização de Collor como um simulacro de modernidade, Francisco de Oliveira retorna ao período da campanha eleitoral para analisar as propostas de governo que então estavam em disputa e assim desvendar a natureza da crise que abriu espaço para a vitória do “Marajá Superkitsch”.

A natureza da crise que o país atravessava condicionou a chegada ao segundo turno de duas candidaturas *antiestablishment*. Os candidatos dos partidos majoritários, instalados a frente de poderosas máquinas clientelistas, foram derrotados. Tal cenário, portanto, obrigava à enunciação de programas que pudessem cortar os nós górdios da crise. Somente os candidatos que tinham um programa para enfrentá-la, conseguiram mobilizar o eleitorado.

O programa do PT, segundo Oliveira, tinha abandonado qualquer pretensão revolucionária e girava em torno da reforma do capitalismo. Falava a certos setores organizados do operariado e das classes médias. Seu programa significava uma virada nos rumos do capitalismo no Brasil, principalmente em sua forma desenvolvida durante o autoritarismo. Tinha, assim, como eixo central a defesa da capacidade dos trabalhadores atuarem como ator fundamental e como liderança de um novo período. Marcava sua diferença em relação a Collor também pela defesa da estatização de alguns setores da economia. No entanto, tal programa

não conseguia abranger os náufragos do Estado do Mal-Estar, os desprotegidos do sistema de previdência social, os mendicantes da caridade do orçamento público. Ele era, sobretudo, um programa para as classes e setores organizados e modernos das sociedades, incluindo-se as burguesias. Mas a chegada do PT ao segundo turno proclamava, por si só, que as burguesias haviam pedido a capacidade hegemônica, e o programa a ser realizado, embora as beneficiasse, em última instância, seria feito apesar delas. Era um programa social-democrata (OLIVEIRA, 1992, p. 11).

No que se refere ao programa de governo de Collor, Oliveira aponta para uma diferenciação fundamental entre aquele apresentado no primeiro turno das eleições e o

difundido durante a campanha do segundo turno. Ocorreria aqui o que chama de passagem de um programa demagógico e messiânico para um neoliberal. Tal diferenciação sustenta-se na ideia de que no programa do primeiro turno, Collor insistia na falência do Estado e na defesa do Estado mínimo. Mas o programa não era neoliberal. Diferentemente de Lula, que prometia ampliá-lo, Collor, nesse momento, prometia consertá-lo. Não procurava e nem apresentava diagnósticos que poderiam explicar por que esse Estado estava falido.

(...) as limitações de tal formulação decorriam de uma teia complexa de fatores, entre os quais se incluíam, evidentemente, o pertencimento de classe, uma história política inexpressiva, inexperiência à frente de complexos problemas da gestão estatal e o desconhecimento das relações entre a economia e o Estado no capitalismo contemporâneo (OLIVEIRA, 1992, p. 11).

Na passagem para o segundo turno, todavia, o programa *collorido* metamorfoseia-se, de demagogo e messiânico a neoliberal, principalmente em função da guerra de classes que se anunciava. A especificidade desta nova caracterização, apesar da manutenção do invólucro messiânico e salvacionista, não mais residiria na não intervenção do Estado junto ao mercado. Se o programa neoliberal procura destruir uma racionalidade anterior, suportada ou estruturada em relações com o Estado, não será simplesmente deixando o tempo passar que o mercado voltará a operar soberanamente. Assim sendo, Francisco de Oliveira identifica a especificidade de um programa neoliberal em função da subordinação do social ao econômico cujo desdobramento principal é levar ao paroxismo a crise do Estado brasileiro.

Apesar de apontar para as transformações do programa de governo de Collor entre o primeiro e o segundo turno das eleições, Oliveira destaca a inconsistência estrutural da plataforma *collorida*. Em primeiro lugar, porque em nada é inovadora. A grande maioria de seus pontos já constava da agenda política brasileira há tempos.

Collor não inova, propriamente, nada. Todos os programas que levam, arrogantemente, o selo 'era Collor' já estavam lançados desde Sarney e até mesmo antes. A abertura comercial, a privatização de estatais e a desregulamentação, a negociação da dívida externa, são itens que estão na agenda brasileira há muito, e estão sendo implementadas gradualmente (OLIVEIRA, 1992, p. 12).

Somam-se a tal cenário os recorrentes fracassos da política econômica do Governo Collor: a derrota diante do “dragão da inflação” e a trágica reforma administrativa.

Apesar deste quadro sombrio traçado por Francisco de Oliveira, há, entretanto, um aspecto positivo do projeto e da administração collorida: uma espécie de feliz americanização do Brasil, ou seja, “um saudável horror ao Estado factótum, um reforço ao antiautoritarismo, uma visibilidade maior das fronteiras entre Estado e sociedade, público e privado” (OLIVEIRA, 1992, p.13). Por isso, Collor será lembrado.

Ainda sobre a análise do projeto de governo Collor em face de crise política e econômica que o Brasil atravessava no final dos anos oitenta, **Lídia Goldstein** (1990), em artigo publicado no momento da posse do presidente eleito em 1989, apresentava como eixo central de sua análise a ideia de que o novo governo seria um grande enigma que todos queriam decifrar. A ausência de uma leitura mais consistente acerca dos rumos do governo recém- eleito justificava-se pela falta de um programa de governo explícito, pela ausência de Collor nos debates, pelas profundas alterações em suas estratégias de campanha e, principalmente, pelo apoio recebido de setores absolutamente díspares, tais como a FIESP e os “descamisados”.

No momento da posse, a pouca clareza dos rumos do novo governo e uma postura quase que religiosa da população diante das primeiras medidas do “Messias”, embaçaram uma leitura mais criteriosa da crise que o Brasil então atravessava. Nesse sentido, a autora destaca que foi construído, por parte de economistas e jornalistas, um consenso em torno do pacote de medidas que, se postas em prática, seriam responsáveis, em curto prazo, pelo controle inflacionário. Em médio prazo, criariam as condições para retomada do crescimento.

Neste processo, muito têm contribuído os economistas de plantão que, por ingenuidade ou oportunismo, têm limitado o debate sobre as saídas da crise a um conjunto de medidas aparentemente de consenso: desindexação, reforma tributária com aumento da carga fiscal e eliminação de incentivos, maxidesvalorização, ‘tarifaço’, alongamento do perfil da dívida interna, renegociação da dívida externa, liberação das importações, eliminação dos subsídios, reforma administrativa, venda do patrimônio da União (GOLDENSTEIN, 1990, p. 39-40)

Colocada nestes termos, a crise que o país atravessava era uma crise do Estado, cujo padrão de financiamento se havia esgotado. A resolução, portanto, dependeria apenas de seu saneamento. No entanto, destaca a autora, em sua essência, a crise

decorreria de uma disputa intracapital e só poderia ser realmente analisada caso fosse reconstruída a trajetória que levou ao esgotamento dos canais de financiamento do Estado, uma vez que

(...) cada passo deste processo resultou da existência ou levou à emergência e consolidação de interesses privados. Consequentemente, sanear o Estado implica desarmar esta rede de interesses altamente imbricados na economia. Seria fácil se isto não resultasse em grandes perdas patrimoniais que, é óbvio, não serão aceitas tranquilamente (GOLDENSTEIN, 1990, p. 40).

A partir desse diagnóstico, fica clara a crítica que Lídia Goldenstein apresenta às propostas de governo do presidente recém eleito. Para além de uma política de sanear as finanças do Estado, qualquer proposta de reestruturação do Estado brasileiro exigiria, assim, uma grande força política do Governo para poder ser capaz de atingir setores do capital cuja acumulação vem se beneficiando de todo tipo de transferências diretas ou indiretas do Estado. Os custos de tais transferências teriam sido o surgimento da dívida externa e da dívida interna, os créditos subsidiados, incentivos e isenções fiscais, reservas de mercado, tarifas públicas subsidiadas, mercados cativos das empresas estatais, política cambial e valorização financeira obtida através da dívida pública.

Sanear o Estado, portanto, significa mostrar que o rei está nu: explicitar que a suposta acumulação de capital realizada por diversos setores nos últimos anos não é real, que estes setores não têm a riqueza que imaginavam e, além disso, não terão mais à sua disposição os mecanismos que até agora tiveram para realizar sua suposta acumulação. A magnitude a que chegou a crise, torna insuficiente qualquer tentativa de saída que jogue apenas sobre o trabalho o seu ônus. Setores do capital terão que ser fortemente atingidos (GOLDENSTEIN, 1990, p. 40).

Assim sendo, caso o Governo se propusesse a ir além da pirotecnia da campanha eleitoral, deveria construir uma sólida base política capaz de arbitrar os conflitos que adviriam de uma profunda reforma deste Estado Leviatã. Condição que Collor, para Lídia Goldenstein, estava longe de possuir.

Quando a temática central é o *impeachment* e os fatores que o viabilizaram, o peso da sociedade civil é potencializado diante das ações do Estado brasileiro. Exemplo típico, e raro, de tal interpretação, é o artigo de **Marcos Nobre** (1992). O autor propõe-se a analisar as questões relacionadas ao *impeachment* do Presidente Collor e suas repercussões sobre a conjuntura política brasileira de então. Questiona o consenso que

se construiu em torno dos fatores responsáveis pelo afastamento do Presidente. Opõe-se à ideia de que a luta pela moralização da política tornou-se simultaneamente expressão da unanimidade e explicação do sentido político do afastamento de Collor. Tal hipótese, segundo o autor, além de esbarrar, imediatamente, com o arco de alianças tão amplo que se formou em torno do *impeachment*, acabou por promover a despolitização do debate.

Esquecemo-nos de que o governo Collor tinha um projeto político para este país, resultando de um diagnóstico do presente e de uma aposta no futuro. Sacrificamos a reflexão coletiva em torno desse projeto em nome da unidade: o preço do *impeachment* foi a despolitização do debate (NOBRE, 1992, p. 15).

Assim sendo, Marcos Nobre propõe uma análise mais detida das linhas mestras do projeto político de Collor para possibilitar o entendimento de suas relações com o movimento pelo *impeachment*.

O ponto de partida de sua análise é a problematização do diagnóstico que a equipe econômica do Governo Collor, liderada por Marcílio Marques Moreira, elaborara acerca do esgotamento do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil a partir de 1930. Tal esgotamento derivaria do papel de sustentáculo do desenvolvimento desempenhado pelo Estado. A solução proposta diante de tal quadro, então, é geralmente qualificada como liberal: produção de um mercado interno forte, integração do Brasil no mercado mundial e redimensionamento, saneamento financeiro e redirecionamento do Estado somente para os chamados serviços públicos. O caminho a ser trilhado no país para que tal solução possa ser efetivamente desenvolvida, passaria por um cronograma para a queda das tarifas alfandegárias, tendo em vista preparar o parque industrial nacional diante da nova realidade; pelo saneamento das finanças públicas, através da eliminação do déficit público, pelas privatizações e por novos acordos sobre a dívida externa.

Um dos epifenômenos desse projeto seria, então, a política econômica recessiva que prepararia as empresas para a competição internacional vindoura, atenderia às exigências para refinanciamento da dívida externa e criaria, ainda segundo a equipe econômica, as condições para a implantação da reforma fiscal do Estado, impedindo as empresas de repassar aos produtos os aumentos reais de impostos.

Apesar da importância de tal projeto e de seus desdobramentos para a sociedade como um todo, Marcos Nobre destaca que

o movimento pelo *impeachment* calou-se em relação ao conjunto desse projeto. Nada ouvimos a respeito do diagnóstico, nenhuma crítica foi endereçada às soluções propostas por Marcílio Marques Moreira. Ouvimos (abafadamente) que o movimento contra Collor era também um movimento contra a política econômica do governo, o que significava simplesmente que era contra a recessão. Ouvimos (para variar) que Marcílio era funcionário do FMI (...) Nenhuma palavra sobre o projeto Marcílio-Collor, seja para expor os seus equívocos, seja para alertar para o fato de que ele coloca problemas reais que têm de ser enfrentados (NOBRE, 1992, p. 17).

A unidade em torno do processo de *impeachment* e o potencial de revolta que mobilizou, porém, residem, para Nobre, exatamente nos desdobramentos dessa política econômica. Seus efeitos recessivos teriam acabado por articular setores com interesses tão díspares, como empresários, aparelhos políticos encastelados no Estado, sindicatos, descamisados e a classe média.

É possível que os empresários aceitem em princípio a tese da integração com o mercado mundial, mas não querem pagar o preço de uma recessão profunda e prolongada. Os aparelhos políticos encastelados no Estado não admitem que este perca sua função de motor do desenvolvimento econômico, o que acarreta considerável perda de poder político. Os sindicatos, por sua vez, querem recuperar o poder perdido no contexto da recessão econômica (...) os descamisados já não têm nem mesmo a fonte de sua miséria, que é o emprego. A classe média mantém na cabeça as promessas de integração com o Primeiro Mundo (fonte formidável de tênis esportivos e fornos de microondas), mas se defronta a cada dia com a realidade da recessão, que a faz caminhar a passos largos para a proletarianização (NOBRE, 1992, p. 17).

Entretanto, embora o autor identifique na reação da sociedade diante da política econômica recessiva - núcleo mobilizador do *impeachment* - o elemento detonador de todo o processo localiza-se nas denúncias em torno das atividades de Paulo César Farias, ou seja, posteriormente à instalação da CPI no Congresso Nacional. Neste ponto específico, o autor estabelece, para além da política econômica do governo, outras origens para o processo de *impeachment*. Especificamente, relaciona-o à lógica de funcionamento da política institucional e aos mecanismos que ensejaram a criação da CPI. A existência de um texto constitucional de cunho parlamentarista, que convive com o presidencialismo, teria imposto ao Congresso Nacional obrigações que muitos de seus líderes recusavam-se a cumprir.

(...) o que chama atenção no processo de *impeachment* é que encontramos não apenas uma situação limite na economia, mas também no mecanismo de funcionamento da política institucional. Temos diante de nós uma nova ordem mundial que exige respostas rápidas e um modelo de desenvolvimento esgotado. Somos herdeiros de um Estado falido e de uma democracia que ainda não disse a que veio (NOBRE, 1992, p. 18).

Por fim, Marcos Nobre aponta para a possibilidade de o *impeachment* ter significado a derrocada do modelo político marcado pelos “salvadores da pátria” e do projeto liberal.

Em uma perspectiva diametralmente oposta às obras até então analisadas e partindo da identificação da crise econômica que o Brasil atravessava ao longo dos anos noventa como uma crise fiscal, **Luís Carlos Bresser Pereira** (1991) contrapõe-se à tipificação do Governo Collor como neoliberal. Para sustentar seu argumento, o autor propôs-se a realizar uma análise dos aspectos políticos do Governo Collor, a partir do mapeamento das correntes ideológicas que disputavam o poder no Brasil de então.

Bresser argumenta que as interpretações que caracterizam o Governo Collor como neoliberal estão sustentadas nas medidas executadas, tais como a liberalização comercial, as privatizações e na coordenação da economia cabendo ao mercado mais do que ao Estado. No entanto, estariam equivocadas, pois partiriam de uma visão errônea do que seria o neoliberalismo, definido pelo autor como

(...) a ideologia da nova direita radicalmente contrária à intervenção do Estado na economia. Neoliberalismo é o velho liberalismo econômico modernizado pela microeconomia neoclássica da Escola Austríaca (Hayek), pela macroeconomia monetarista (Friedman) e dos novos clássicos (Lucas), e pela crítica econômica e política do Estado realizada pela Escola da Escolha Racional (Buchanan e Olson). Neoliberalismo foi o que Margareth Thatcher tentou implementar sem êxito durante onze anos na Inglaterra. Neoliberalismo era mais o discurso do que a prática (uma curiosa mistura de neoliberalismo e populismo) de Ronald Reagan (...) é profundamente individualista e pessimista a respeito de cooperação social ou de ação coletiva. Seu objetivo é o Estado Mínimo. Não apenas política industrial e tecnológica não fazem nenhum sentido para os neoliberais. As próprias políticas macroeconômicas de curto prazo seriam em princípio inúteis. O mercado é perfeitamente autorregulável a partir das expectativas dos agentes econômicos. Além disso, para o verdadeiro neoliberal, a própria política social é condenável, na medida em que desestimularia o trabalho e a iniciativa individual e a teoria implícita do efeito perverso é o grande argumento contra uma ação social mais efetiva do Estado e a explicação padrão para todas as falhas dessa ação (BRESSER, 1991, p. 5).

Essa longa citação justifica-se pela importância que a definição de neoliberalismo assume no argumento defendido pelo autor. A partir dela, então, o governo Collor estaria distante da caracterização de neoliberal uma vez que, segundo Bresser-Pereira, a política industrial e tecnológica do Governo, o papel do mercado na coordenação da economia, as privatizações e a liberalização do comércio exterior são absolutamente naturalizadas como caminhos inexoráveis trilhados pelo Brasil rumo a sua inserção no capitalismo mundial. Em outras palavras, não constituem opções diante de possibilidades políticas e/ou econômicas, mas sim soluções óbvias e fruto do bom senso.

A política industrial e tecnológica que seu governo [Collor] vai aos poucos estruturando nada tem de neoliberal. Procurar dar um papel maior ao mercado na coordenação da economia não é neoliberalismo, é mero bom senso quando o Estado cresceu demais. Privatizar é uma solução óbvia quando o Estado enfrenta uma crise fiscal gravíssima. Através da privatização o Estado pode obter recursos que lhe permitam reduzir sua dívida, ao invés de aplicar mais recursos em atividades produtivas que podem ser desempenhadas pelo setor privado. Liberalizar o comércio exterior é uma providência há muito necessária na medida em que a estratégia de substituição de importações esgotou-se já nos anos 60. Collor é chamado de 'neoliberal' devido a uma compreensão equivocada e ampla demais da expressão (BRESSER, 1991, p. 5).

A análise do autor, conhecido por suas vinculações diretas com o Governo Fernando Henrique, podendo até mesmo ser caracterizado como um intelectual orgânico posto encontrar-se em estreita ligação com o processo de construção do projeto hegemônico neoliberal, não se restringe à naturalização das opções políticas e econômicas do Governo. O impacto e a importância do neoliberalismo no Brasil são minimizados. Assim, o neoliberalismo deixa de ser caracterizado como uma "expressão", assumindo o sentido de uma ideologia ou uma perspectiva teórico-ideológica. Muito mais uma invenção da esquerda ou, ainda, relevante apenas para setores de direita inexpressivos.

Na verdade o neoliberalismo não é no Brasil uma ideologia efetivamente adotada por setores significativos da 'classe' política e do empresariado. Não é uma ideologia relevante para o Brasil enquanto prática política. Mesmo entre os intelectuais é difícil encontrar verdadeiros representantes dessa perspectiva teórico-ideológica (...) o neoliberalismo é no Brasil uma mera importação ideológica de setores de direita inexpressivos politicamente, e uma

invenção da esquerda igualmente sem sentido (BRESSER, 1991, p. 5-6).

Se nessa linha interpretativa o Governo Collor estaria longe de ser caracterizado como neoliberal, como pode então ser definido? Para responder a tal indagação – questão fundamental a que se propôs -, Bresser-Pereira retoma a clássica distinção entre esquerda e direita, propondo uma atualização do debate através da inserção de duas outras categorias: arcaico e moderno. Sendo assim, haveria tanto uma esquerda quanto uma direita modernas e arcaicas. Os grupos dos “modernos” defenderiam o primado da eficiência e de uma razoável equidade social. Originaram-se nas escolas de economia e de administração, onde se formam os tecnoburocratas, em distinção das arcaicas oriundas das escolas de direito. Endossariam que, para alcançar a eficiência desejada, a alocação de recursos via mercado é preferencial sobre a alocação via Estado (aspecto mais enfatizado pela direita). No que se refere à equidade social, o mercado deveria ser complementado pelo Estado (aspecto mais enfatizado pela “moderna esquerda”). Apesar dessas aproximações entre direita e esquerda modernas, Bresser-Pereira destaca que

(...) a direita moderna não é neoliberal, porque aceita a intervenção ampla do Estado na área social e limitada na área econômica. Continua a ser direita, porém, na medida em que o capitalismo é visto como o sistema econômico e social ideal. Por outro lado, a esquerda moderna continua a ser esquerda, porque em sua utopia, geralmente colocada em um futuro distante, existe sempre algo parecido com um socialismo de mercado, autogestionário e democrático (BRESSER, 1991, p. 6)

Quando o autor maneja tal instrumental analítico para pensar a realidade brasileira, atribui à direita arcaica a defesa do desenvolvimentismo burocrático autoritário e à esquerda arcaica, o populismo distributivista. A transição democrática teria ocorrido na passagem da primeira para a segunda. O moderno só emergiu a partir dos fracassos ao longo do Governo Sarney tanto da esquerda arcaica, na primeira metade do governo, quanto da direita arcaica, na segunda metade. A eleição de Collor teria ocorrido, assim, exatamente a partir desse duplo fracasso. Seu projeto tinha como marca fundamental a bandeira da modernidade, expressa na superioridade do mercado sobre o Estado para promover a eficiência econômica e em um compromisso de luta contra a pobreza e a desigualdade. A modernidade *collorida* existiria apesar da trajetória contraditória do próprio presidente cujas origens – já superadas - estariam na

direita oligárquica (coronelismo nordestino) e na direita arcaica (burocrático-autoritária de 1964).

O fracasso da política econômica governamental é identificado por Bresser-Pereira não em função da permanência de práticas populistas. Deveu-se antes ao fato de não se estar dando a devida importância ao caráter inercial da inflação brasileira. Assim sendo, “Collor inscreve-se, portanto, no campo da modernidade. Modernidade conservadora, de direita, antes que modernidade de esquerda. Mas sem dúvida modernidade (BRESSER, 1991, p. 8).

Em uma perspectiva diametralmente oposta, **Brasílio Sallum** (1996) insere não só a eleição, como o próprio Governo Collor, em um contexto de crise de hegemonia. Na origem dessa crise, encontrar-se-ia a decadência do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista que vigorava no Brasil desde os anos 30. Como saída, então, estaria ocorrendo ao longo do Governo Collor a tentativa do empresariado nacional de reconstrução de um bloco hegemônico a partir da nacionalização de uma nova agenda propositiva. Tal agenda romperia com os alicerces do desenvolvimentismo e caminharia no sentido da liberalização da economia, da desregulamentação, da associação com o capital estrangeiro, do combate ao intervencionismo estatal e da defesa das privatizações.

Sallum identifica nas eleições de 1989 um momento em que não só foram acentuadas as polarizações já existentes (Estado/mercado, internacional/nacional), como novas foram incluídas (democracia delegativa/participativa). Tal crise, todavia, não seria então resolvida, a despeito da importância da vitória eleitoral de Collor, autoproclamado porta voz do antiestatismo e do ingresso do país no Primeiro Mundo através da modernização tecnoeconômica:

(...) foram suspensas as barreiras não tarifárias às compras do exterior e implementou-se um programa de redução progressiva das tarifas de importação ao longo de quatro anos. Ao mesmo tempo, implantou-se um programa de desregulamentação das atividades econômicas e de privatização de empresas estatais (não protegidas pela Constituição) para recuperar as finanças públicas e reduzir aos poucos o seu papel na impulsão da indústria doméstica. Finalmente, a política de integração regional materializada na constituição do MERCOSUL (1991) tinha como horizonte ampliar o mercado para a produção doméstica dos países-membros (SALLUM, 1996, p. 4).

Apesar da inflexão liberal do Governo e de suas realizações em muito se aproximarem da agenda do empresariado, não foi possível, durante o Governo Collor, a

construção um novo pacto de dominação capaz de superar a crise de hegemonia desencadeada a partir de 1983, uma vez que o Governo contribuiu drasticamente para o elevado grau de incerteza:

(...) com efeito, para estabilizar a moeda, o Plano Collor colocou em xeque a segurança jurídica da propriedade privada: além de retomar o congelamento de preços, sequestrou e reduziu parte dos haveres financeiros do empresariado e da classe média. O governo ademais, sujeitou as organizações tradicionais de representação empresarial a ataques verbais sistemáticos e articulou, em paralelo, grupos de empresários para lhe dessem suporte na implementação de sua política de desenvolvimento. Pretendeu exercer o poder dissociado da classe política e seus mecanismos tradicionais de sobrevivência. Reduziu as despesas do Estado desorganizando a administração pública com dispensas arbitrárias e em massa de funcionários. Tentou fragilizar as organizações operárias que lhe opunham incentivando organizações alternativas ligadas ao governo (SALLUM, 1996, p. 4).

Nesse sentido, Collor tornou-se agente do aprofundamento da crise política na medida em que, ao invés de fortalecer os mecanismos de negociação entre as forças políticas e sociais que se encontravam em disputa, tentou impor uma alternativa “de cima para baixo”, como no caso de restaurar, autocraticamente, a estabilidade da moeda.

Em que pese a importância de alguns conceitos reconhecidamente gramscianos na análise de Sallum, como crise de hegemonia e bloco hegemônico, em nenhum momento do texto o autor fez qualquer referência ao intelectual sardenho. Os conceitos são utilizados como instrumentais analíticos, sem que qualquer tipo de discussão teórica seja apresentada. Fica o mérito, entretanto, apesar de não remeter-se a Gramsci, de ter trazido para a análise argumentos que caminham no sentido de apontar os conflitos que se desencadeavam em torno do projeto *collorido*.

Embora os argumentos apresentados sejam os predominantes entre a literatura sobre o tema, as explicações para o fracasso do projeto político e econômico de Fernando Collor estão sendo aqui construídas a partir de outros referenciais que extrapolam a ideia de bonapartismo ou do isolamento do Presidente. Defende-se nesta tese a hipótese de que, em meio ao fracasso do Projeto Collor, as denúncias de Pedro Collor, acusando o então Presidente de participação nos esquemas de corrupção de Paulo César Farias, ganham maior ressonância, fazendo com que o Governo mergulhasse em uma crise de dupla dimensão: aos fracassos no campo da política econômica, soma-se a erosão de sua credibilidade política. Pela perspectiva analítica que esta tese está postulando, tal erosão estaria inserida no processo maior de fissura

intraburguesa acerca do projeto político-econômico então em andamento, interpretação distinta dos autores até o momento analisados.

Considerações Finais

Pelo painel construído até o momento, fica claro que há uma lacuna nos estudos acerca das relações entre Estado e sociedade no Brasil dos anos noventa, principalmente acerca dos agentes responsáveis pelo projeto político-econômico então efetivado. Tal como indicado anteriormente, torna-se necessário repensar o Estado brasileiro no momento de reorganização ou organização do receituário neoliberal distanciando-se das linhas de interpretação mais recorrentes na historiografia especializada.

A hipótese que aqui está sendo levantada é que, mesmo com as vicissitudes dos Governos Collor, o que estava em jogo no Brasil era garantir a naturalização do projeto ainda durante as eleições presidenciais. As disputas eram travadas em torno da criação de um “consenso espontâneo” acerca das reformas estruturais realizadas em seus governos, capaz de transformá-las em “interesse geral” ou “nacional”. Em outras palavras, o que estava em jogo era a conquista da hegemonia pela fração da classe dominante que se encontrava nas agências do Estado Restrito.

Nesse processo de construção de hegemonia, os aparelhos privados (de hegemonia), os partidos são fundamentais. Gramsci articula diretamente a disputa pela hegemonia com a Cultura. Os intelectuais, sem os quais não há organização, têm papel central. Não se trata de explicar a vitória eleitoral de Collor como fruto do apoio que os principais jornais de circulação nacional deram à candidatura collorida (WELTMAN, 1994), ou como um fenômeno da mídia política (LAMPREIA, 1996), muito menos de naturalizar o processo de execução das reformas estruturais como sendo mais um caso na América Latina em que há um amplo poder discricionário da elite política (TORRE, 1996).

A perspectiva deste estudo é a de construção de uma análise na qual o Estado brasileiro dos anos noventa seja inserido em uma perspectiva gramsciana de Estado Ampliado, constituído pela conjugação da sociedade política e da sociedade civil na qual estão atuando os aparelhos privados de hegemonia.

Portanto, trata-se aqui de caracterizar o projeto de remodelação do Estado brasileiro ao longo dos anos noventa sob um novo prisma, inserindo-o como estratégia de um Estado Restrito que busca legitimar seu projeto em um contexto de lutas sociais

intraclases dominantes e entre classes sociais e mercado, apesar do consenso que Governo Collor tenta construir, por batalhas contra hegemônicas.

Torna-se necessário, ainda, investigar como esses embates inserem-se na ossatura material do Estado. Ir além das estratégias discursivas do governo que, embora possam se constituir em importantes elementos analíticos, não explica por si só a complexidade histórica do momento. As relações entre Estado e sociedade, estão longe de ser naturalizadas. Os embates entre os agentes e agências, inseridos no processo de implementação das reformas estruturais, não são despidos de seu conteúdo de classe. O Estado está longe de ser um bloco monolítico de órgãos, vazios de atores sociais. As políticas públicas são, antes de qualquer coisa, uma opção da sociedade política que objetiva hegemônizar e generalizar a visão de mundo da fração de classe hegemônica.

Em síntese, faz-se necessário repensar o Estado gramscianamente, o que, segundo Sônia Regina de Mendonça, possui uma dupla perspectiva.

A primeira remete às formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e se organizam para além da produção, no seio da Sociedade Civil, enquanto a segunda, refere-se às formas pelas quais as agências ou órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais emanados dos aparelhos privados de hegemonia dos quais a Sociedade Civil é portadora. Uma delas certamente possuirá papel hegemônico junto a um dado organismo, porém, ainda assim, outras lá se farão presentes, através de seus intelectuais, em constante disputa. (MENDONÇA, 2005, p. 12)

O Estado, portanto, surge neste contexto, como expressão da relação de poder entre as classes na esfera da produção. Logo, o Estado deve ser visto, não só como reflexo desta dominação, mas elemento fundamental desta. É no âmbito do Estado que se constrói o aparato que referendará a prática de dominação de uma classe sobre a outra. Como este aparato deve ser entendido o aspecto coercitivo, seja pelo conjunto de leis, ou pela repressão direta àqueles que não as cumprem e transgridem a ordem.

Deve-se, porém, ter cuidado para não encarar o Estado como uma criação maldosa da classe dominante, mas entendê-lo como algo que surge das relações sociais para mediá-las. Relações estas que são dominadas pela burguesia. Assim, analisar o Estado, nessa perspectiva, exige investigar as condições históricas de sua existência social, não podendo ele ser considerado como algo que encontrasse sua razão de ser em si próprio, numa racionalidade abstrata ou apenas na legitimação do uso da violência (FONTES, 2005, p.182).

Por fim, vale a pena acrescentar que, a despeito do papel central que o Estado assume neste trabalho, a proposta aqui apresentada de compreender ou estudar o Estado brasileiro no momento de materialização do receituário neoliberal distancia-se das linhas de interpretação que são recorrentes na historiografia brasileira. Muito mais do que um Estado Patrimonialista, legado de nossa herança ibérica (FAORO, 1976) ou então de uma “construção estatista da ordem” fruto da ação de uma elite uniformemente moldada em Coimbra (CARVALHO, 1988) em função da qual a cidadania seria uma caracterização mais adequada à sociedade brasileira do que cidadania (CARVALHO, 1998b) ou ainda aquela que, mesmo partindo de uma matriz gramsciana, enfatiza a “via prussiana” da modernização brasileira na qual o caráter forte e autoritário do Estado correspondeu à natureza amorfa e atomizada da sociedade (COUTINHO, 1979) – leituras que colocam o Estado como objeto e sujeito da história e a sociedade civil como passiva diante de tal Estado hipertrofiado – está sendo aqui proposto pensar o Estado Brasileiro a partir de uma matriz gramsciana que o concebe enquanto Estado Ampliado (MENDONÇA, 2005, p.7). Em outras palavras, um estudo do Estado e das políticas públicas no Brasil ao longo do Governo Collor em uma perspectiva em que não sejam naturalizadas as relações entre Estado e Sociedade, mas sim detalhadamente construídas, uma vez que estão inseridas em um processo maior de inserção do Brasil nas reformas neoliberais. Processo esse que está muito longe de ter sido pacífico, mas, ao contrário, foi ceifado por embates entre as forças sociais. O modelo de Estado que se forjou, então, ele não é fruto, unicamente, dos interesses de uma única classe. Ele é visto enquanto relação social fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil (FONTES, 2005, p.182) profundamente marcado pelos esforços de transformação do discurso e das práticas neoliberais em hegemônicos.

O que estava em disputa no Brasil dos anos noventa era a naturalização do projeto neoliberal. Garantir a conquista da hegemonia pelas frações da classe dominante que se encontravam inseridas na Sociedade Política. O objetivo do bloco histórico no poder, tanto no governo Collor quanto no Governo Fernando Henrique, era a nacionalização dos interesses da fração de classe que estava no controle do poder político. Se no Governo Collor as fissuras internas a esse grupo levaram ao *impeachment* do Presidente, no Governo FHC, por exemplo, houve a recomposição da aliança política (expressa na coligação dos dois maiores partidos do país) e a reconfiguração do apoio da grande burguesia industrial e do setor financeiro ao projeto

cuja hegemonia começou a ser construída com o Plano Real. Estruturavam-se, assim, as bases de sustentação de uma nova engenharia política, econômica e social.

Especificamente no que se refere aos Governos Collor, faz-se urgente, então, repensar as reformas neoliberais destes, não sendo somente como mais um exemplo de país na América Latina que está seguindo a agenda propositiva do Consenso de Washington. Embora o estilo imperial do governo Collor, ao lado do apoio quase que unânime da grande mídia, tenham efetivamente sido marcas desses dois governos, tais fatos não podem ser argumentos para naturalizar e esvaziar os conflitos que foram travados em torno da concretização de tal agenda entre as agências e os agentes por ela responsáveis.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil. *Leituras Cotidianas*, nº 145, fevereiro, 2005.
- BOBBIO, Norberto. Sociedade Civil. In: *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 1993, p. 1206-1211.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. (b). *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto. A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1979.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1976.
- FARO, Clovis (org.) *Plano Collor: Avaliações e Perspectivas*. Rio de Janeiro, LTC, 1990.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões Impertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GOLDENSTEIN, Lídia. Rambo Vem Aí. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990, p. 39-43.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a política*. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- LAMPREIA, Fátima Lampreia. *O Centro de Labirinto: um estudo sobre a competição eleitoral na tv*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996. (dissertação de mestrado)
- MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF, 2005.
- NOBRE, Marcos. Pensando o Impeachment. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 34, novembro 1992, p. 15-19.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política. Ideias para a Reforma Democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *As Políticas Sociais e o Estado Democrático no Pós-Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996
- _____. Quem tem medo da governabilidade? *Novos Estudos CEBRAP*, nº 41, março de 1995, p.61-77.

- _____. Neoliberalismo à brasileira. In: A Falsificação da Ira. São Paulo: Imago, 1992
- _____. (b). A Herança do Marajá Superkitsch. Novos Estudos CEBRAP, no. 34, novembro 1992, p.8-14.
- _____. Crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1988.
- PENA, Maria Valéria Junho. Um Aspecto da Reoligarquização Collorizada do Estado: A Reforma Administrativa. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.) Aquarella do Brasil. Ensaios Políticos e Econômicos sobre o Governo Collor. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Os Tempos Heróicos de Collor e Zélia. São Paulo: Nobel, 1991.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- SALLUM, Brasília. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. IRBCS, vol. 18, nº 52, junho de 2003, p. 35-54.
- _____. Labirintos. Dos Gerais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TORRE, Juan Carlos. O Encaminhamento Político das Reformas. Revista Lua Nova, São Paulo: CEDEC, nº 37, 1996, p.57-77.
- VIANNA, Luis Werneck. De um Plano Collor a Outro. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- WELTMAN, Fernando et alli. A Imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.